

POLÍTICA

E se houver impasse? Eleições gerais?

Em marcha, segundo denúncia, um golpe contra a Constituinte. Mas pode não dar certo e se instalar uma situação sem saída — em que Sarney convocaria eleições.



Ulysses: mesmos prazos.



Covas: mesma posição.

ULYSSES

O presidente da Constituinte garante: o regimento interno está sendo cumprido.

Indiferente às reações de setores políticos e jurídicos do País, que consideram "anti-regimental" o funcionamento simultâneo do plenário da Constituinte e da Comissão de Sistematização, a partir de amanhã, o presidente da Assembleia Nacional, Ulysses Guimarães, continua acreditando que até o final do ano estará promulgada a futura Constituição.

"Vamos trabalhar de manhã à noite e também aos domingos" — disse — "porque a celeridade nos trabalhos faz parte do compromisso que assumimos com a Nação ao convocarmos esta Assembleia Nacional Constituinte. De minha parte, estou pronto a ir até a exaustão para alcançar esse objetivo".

Mas ele tem também uma fórmula mais prática para alcançá-lo. Espera que a votação em plenário — que começará amanhã e seguirá às quartas e quintas-feiras, até o final do mês, ficando a Comissão de Sistematização com os demais dias da semana para concluir seus trabalhos — obedeça ao mesmo esquema que acelerou a votação na comissão.

Isso significa que não haverá exame de artigo por artigo. As lideranças partidárias deverão promo-

ver reuniões diárias, para uma espécie de "enxugamento" da matéria a ser votada, para que sejam levadas à decisão somente as mais importantes e controvertidas.

Ulysses Guimarães disse que tudo já está suficientemente debatido e esclarecido. Acredita não haver mais nenhum constituinte que não conheça todos os ângulos de cada questão. Trata-se agora de decidir. De resolver pelo voto, em plenário, questões como a da estabilidade, da reforma agrária, da definição de empresa nacional, da política de educação e outras mais relevantes.

Esse "amplo conhecimento" da matéria, a seu ver, foi fruto da metodologia de trabalho adotada pela atual Constituinte. Em vez de começar pela discussão de um projeto básico, elaborado por uma comissão de especialistas, como tradicionalmente se faz, a atual Constituinte preferiu partir do nada. Todo o material começou então a ser coligido e montado, numa primeira fase, pelas 24 subcomissões temáticas, passando depois pelo crivo das oito comissões temáticas, e a seguir, também numa primeira fase, pela Comissão de Sistematização até ir ao plenário, receber

novas emendas, e voltar à Comissão.

Para o presidente da Assembleia Nacional, essa metodologia permitiu a participação não só de todos os constituintes, como também dos vários segmentos da sociedade, que apresentaram e defenderam as suas sugestões e as vêm acompanhando desde então.

"Nenhuma Constituinte brasileira" — disse — "foi tão debatida quanto esta. Não há ninguém indiferente. Há pontos controvertidos, que fazem com que uns fiquem contra, outros a favor. Há críticas, muitas injustas. A incompreensão é o preço que estamos pagando. Mas acho que nosso esforço será ao final compreendido se pudermos oferecer à Nação uma Constituição sincera, que contenha os instrumentos adequados à promoção da justiça social."

Ulysses Guimarães está convencido também de que a aceleração do processo de elaboração constitucional não prejudicará a qualidade do trabalho. Disse que tudo está sendo cuidadosamente examinado pelo relator, seus auxiliares e assessores, e ele próprio verifica diariamente tudo que vai ser votado.

As razões

Quando à nova prorrogação do prazo dado à Comissão de Sistematização — o qual vai até o final de novembro desta vez — prorrogável, porque se estabeleceu uma aprovação por "curso de prazo" para títulos e capítulos ainda em exame — e a seu funcionamento simultâneo com o plenário da Assembleia Nacional, Ulysses Guimarães já havia apresentado a justificativa. Ele admitiu que não estava atuando de acordo com a letra do regimento da Assembleia Nacional, mas sim em consonância com o seu espírito. "Um regimento" — assinalou — "é feito para ajudar e não para atrapalhar".

Ulysses Guimarães não considera também estar cometendo nenhuma "violação" regimental ao autorizar que o plenário da Assembleia Nacional comece a votar a matéria, a partir de amanhã, sem ter recebido o projeto completo da Comissão de Sistematização, sem "uma visão de conjunto". Para ele daria no mesmo, porque o plenário irá também votar a matéria por partes, começando pelos seus primeiros títulos e capítulos.

MÁRIO COVAS

De volta a Brasília, o líder do PMDB prevê redução do mandato de Sarney, com parlamentarismo.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, previu, ontem, que a Comissão de Sistematização vai aprovar a redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos, e que o plenário da Assembleia ratificará a adoção do parlamentarismo na atual fase dos seus trabalhos, embora possa modificar aspectos do modelo. Depois de mais de 50 dias ausente de Brasília, recuperando-se de uma operação para implantação de pontes de safena no coração, o senador por São Paulo retornou às suas funções defendendo o mesmo ponto de vista com relação às eleições presidenciais no próximo ano.

O senador Mário Covas avaliou que "será muito ruim" se as eleições decorrerem do mau desempenho do governo José Sarney, e não forem adotadas como a última etapa da transição democrática. Na sua opinião, a eleição indireta do presidente Sarney foi possível graças ao consentimento da opinião pública, que acatou a escolha pelo Colegiado Eleitoral para que ele promovesse a transição, "cujo término escolta, simultaneamente, a legitimidade do seu mandato."

Mas o senador paulista admitiu que o crescimento do apoio às diretas em 88 se deve à análise política do desempenho do governo José Sarney, inclusive com a adesão de alguns chefes militares. Lembrou, no entanto, ter sempre defendido as eleições no próximo ano como a última etapa da transição política, depois da promulgação da futura Constituição.

O senador por São Paulo criticou ainda a anunciada disposição do "Centro Democrático" do seu partido, de questionar no Supremo Tribunal Federal a legitimidade da decisão da Mesa e das lideranças partidárias da Constituinte, de adotar o funcionamento simultâneo, a partir de amanhã, do plenário da Assembleia e da Comissão de Sistematização. Conforme o parlamentar, a iniciativa decorreu de entendimento entre os partidos, com vistas a favorecer os trabalhos da Constituinte, sendo aconselhável que a decisão seja discutida apenas no âmbito da Constituinte.

Mário Covas previu ainda que o "Centro Democrático" não reunirá número para modificar o regimento interno da Constituinte, de modo a permitir a apresentação de

um substitutivo alternativo ao do relator Bernardo Cabral. Ele criticou a intenção dos conservadores, observando que, se fosse para impor um substitutivo, o PMDB, com seus atuais 303 representantes, poderia ter feito isso há mais tempo, não se submetendo à discussão, capítulo por capítulo, do substitutivo.

O líder peemedebista criticou ainda as investidas do governo na soberania da Constituinte, observando que o presidente da República "tem o direito e até o dever de opinar sobre a discussão dos assuntos em exame na Assembleia, mas não de intervir". afirmou que, "além de não ser adequada a tentativa do 'Centro Democrático' de tentar viabilizar um substitutivo alternativo, a medida se faz inoportuna pelo fato dele não ser sequer da autoria de um constituinte."

Mário Covas não se mostrou impressionado com as versões sobre tentativas de intervenção militar nos trabalhos da Constituinte, acrescentando terem sido "até moderadas" as declarações do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, sobre o assunto; inclusive ao afirmar que as Forças Armadas acatarão qualquer deci-

são da Assembleia. Mesmo assim, ele considerou normal a efervescência em torno do assunto, acrescentando que "há gente que sente comichão quando se fala em democracia".

Tomando Pê

Ontem à tarde, o senador Mário Covas reuniu-se em seu apartamento com o relator-adjunto Nelson Jobim, com o deputado Pimental da Veiga e com os vice-líderes Euclides Scalco e Antônio Brito, para se inteirar sobre o andamento dos trabalhos da Constituinte. Ele disse não ter nenhuma estratégia nova para liderar a bancada na Comissão de Sistematização, devendo estar presente à sessão de hoje, a partir das 9h.

O senador Mário Covas pretende reassumir normalmente suas funções, devendo, desta vez, comportar-se como um paciente "obediência" aos médicos, que prescreveram ginástica respiratória e caminhadas matinais de quatro quilômetros. Mais magro quatro quilos, o senador Mário Covas demonstrou jovialidade e otimismo com relação à Constituinte.

Hoje será um dia decisivo para o encaminhamento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Nesta terça-feira, um grupo interpartidário de constituintes "moderados" tentará dar o primeiro passo para a aprovação de mudanças no regimento interno da Constituinte, visando abrir a possibilidade de apresentação de emendas substitutivas ao projeto da Comissão de Sistematização, no plenário. Segundo denúncias do deputado José Costa (PMDB-AL), essa seria a primeira etapa de uma série de atos "nitidamente golpistas", contra a Constituinte, articulados pelo consultor-geral da República, jurista Saulo Ramos, com o consentimento do presidente José Sarney.

Se a manobra não vingar, estaria gerado o impasse, que culminaria com a extinção dos partidos políticos e a redução do mandato do presidente Sarney, que convocaria eleições gerais para o ano que vem.

O deputado José Costa revelou ter recebido essas informações na última quinta-feira de uma "importante e altamente confiável" autoridade do governo federal, que estaria "muito preocupada" com as "manobras golpistas", que serão perpetradas contra a Constituinte, a partir de hoje, e que poderão gerar "consequências incontornáveis para o próprio governo".

José Costa explicou que a estratégia proposta pelo consultor Saulo Ramos prevê três alternativas preliminares. A primeira seria a mudança no regimento interno da Assembleia. O deputado Ricardo Fiuzzi (PFL-PE), que lidera o movimento interpartidário para permitir a apresentação de substitutivos no plenário, garante que a proposta não tem qualquer vínculo com o Palácio do Planalto.

Ontem, entretanto, em uma reunião de mais de duas horas, Fiuzzi, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Expedito Machado (PMDB-CE), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Prisco Viana, ministro peemedebista da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, expuseram a estratégia diretamente ao presidente Sarney, no Palácio da Alvorada. Assim como Fiuzzi, Expedito Machado fez questão de frisar que nem Sarney nem Saulo Ramos têm participação nesta estratégia. Para ser colocada em votação amanhã, a proposta precisa do apoio de 280 constituintes, e a lista de adesões deve ser entregue hoje ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Em São Paulo, o deputado Gastone Righi, líder do PTB na Constituinte, que também integra o grupo interpartidário, ameaçou: se Ulysses Guimarães não encaminhar o projeto de resolução para votação, os "moderados" boicotarão as votações no plenário.

O grupo quer "corrigir", em plenário, a estabilidade no emprego e a reforma agrária. Segundo as denúncias do deputado José Costa, esses seriam também os alvos do que chamou de "manobras" de Saulo Ramos, que pretende alterar o regimento interno da Constituinte para permitir modificações em capítulos inteiros do anteprojeto aprovado pela Sistematização. Os principais objetivos seriam os capítulos da Ordem Social e da Ordem Econômica, o Sistema Tributário concebido no substitutivo Cabral-2 e o sistema de governo, para garantir a manutenção do presidencialismo.

Alternativas perigosas

Segundo o deputado José Costa, o plano do consultor Saulo Ramos prevê, como a segunda de suas três alternativas, a revogação da decisão da Mesa da Constituinte que determinou o funcionamento simultâneo da Comissão de Siste-

matização e do plenário. Com isso, o consultor visaria "amortecer" o ritmo dos trabalhos.

Hoje, os deputados Cardoso Alves (PMDB-SP), José Lins (PFL-CE) Afif Domingos (PL-SP), entre outros, se reúnem para elaborar documento a ser entregue ao deputado Ulysses Guimarães condenando o paralelismo dos trabalhos da Sistematização. A informação é do deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), que também negou qualquer vínculo entre o grupo e o consultor Saulo Ramos ou o Palácio do Planalto.

Assim como o projeto de resolução que visa alterar o regimento interno, essa proposta também necessita do apoio de 280 constituintes, número difícil de ser alcançado. Por isso, o plano do consultor Saulo Ramos, segundo o deputado José Costa, prevê uma terceira alternativa, que englobaria a extinção dos partidos políticos e a redução do mandato do presidente Sarney, que convocaria eleições gerais, alegando que o País teria se tornado "ingovernável e estaria caminhando para o colapso".

Segundo José Costa, estaria prevista, inclusive, a convocação de uma cadeia de rádio e televisão para o pronunciamento do presidente da República.

Salto no escuro

José Costa afirmou que levou os fatos ao conhecimento do líder em exercício do PMDB na Constituinte, Euclides Scalco, que recomendou aguardar a volta do líder Mário Covas, em razão da "gravidade" das informações.

O parlamentar explicou, também, que a autoridade que passou essas informações está "muito apreensiva", porque acha que o governo está dando "um salto no escuro" e poderá envolver nessas manobras golpistas até o Supremo Tribunal Federal. Na opinião do fonte, o governo não tem respaldo político suficiente para, por meio do voto, aprovar as modificações que pretende no anteprojeto de Constituição.

"A gravidade está justamente nisso" — explicou José Costa. "Nem o governo nem o Congresso têm meios para controlar esse processo, que tem dinâmica própria e poderá gerar fatos incontornáveis".

José Costa salientou, ainda, que o "mais estranho" é que as "cabeças coroadas da política brasileira, como o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o ex-governador Leonel Brizola, o ministro Aureliano Chaves, todos os governadores e até segmentos da esquerda, como o PT, não estão apoiando o presidente Sarney, não concordam com o golpe mas, inexplicavelmente, não estão fazendo nada para defender a Constituinte".

Muito interesse

O presidente José Sarney está acompanhando "com interesse" a mobilização dos parlamentares moderados que anunciam a deposição de recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra as votações da Comissão de Sistematização, onde acreditam estar sendo descumpridas as normas do regimento interno da Constituinte. A informação é do ministro Prisco Viana. Ele garantiu, porém, que Sarney não tem "nenhuma participação nem interferência na iniciativa".

Enquanto isso, os empresários da Frente Ampla da Livre Iniciativa voltam a reunir-se amanhã, na sede da Confederação Nacional da Indústria, para continuar a elaboração de um substitutivo ao projeto Bernardo Cabral. Nesta reunião, os empresários deverão definir a estratégia e as datas de mobilização nacional das bases eleitorais dos parlamentares que estão votando contra as teses por eles defendidas.

Questões de ordem. Em nome de Sarney.

Vai sair faísca na Assembleia Nacional Constituinte, amanhã. Quando o deputado Ulysses Guimarães abrir aquela que será a primeira sessão plenária, receberá duas questões de ordem, uma, provavelmente do líder do governo, Carlos Sant'Anna, contestando a solução dada pelo parlamentar paulista na semana passada, de fazer funcionar simultaneamente a Comissão de Sistematização e o plenário, com este recebendo parceladamente os títulos e capítulos votados naquela. Para Sant'Anna, trata-se de uma impropriedade e de uma violação da emenda constitucional 26, que convocou a Assembleia Nacional Constituinte. Afinal, o projeto de nova Constituição teria de chegar por inteiro ao plenário, para então começar a ser discutido em partes. O líder do governo, escudado em parecer de diversos juristas, pretende que o plenário não se reúna até que a Comissão de Sistematização conclua seus trabalhos ou, então, reconheça a impossibilidade de cumprir os novos prazos. Com isso o projeto Bernardo Cabral poderia não entrar em discussão, ficando para a maioria dos constituintes, pelo voto, a discussão sobre o que fazer.

A segunda questão de ordem virá de centro, dizendo contar com cerca de 300 deputados e senadores, pretende obter de Ulysses Guimarães que ponha em votação projeto de resolução alterando o regimento interno, de modo a poder ser apresentado um novo projeto de Constituição, em bloco, que o plenário começaria a votar. Esse texto estava recebendo os últimos retoques, ontem, em São Paulo, pelas mãos do consultor-geral da República, Saulo Ramos, e de diversos juristas, entre eles Miguel Reale, Ives Gandra e Celso Bastos.

Ulysses Guimarães não saiu de Brasília, nos feriados, e parece disposto a não aceitar nenhuma das duas questões de ordem. Afinal, foi



dele a decisão de permitir reuniões simultâneas da Comissão de Sistematização e do plenário. Junto com Fernando Henrique Cardoso, Severo Gomes e outros parlamentares a ele ligados, decidiu o presidente da Constituinte e do PMDB que não acolherá as duas manifestações destinadas a afastar o projeto Bernardo Cabral dos debates. Sustentará que as reuniões simultâneas são regimentais e legítimas, representando a única solução para o impasse criado com a perda dos prazos pela Comissão de Sistematização. Imagina-se que, nesse caso, o líder do governo solicite de Ulysses a transferência da decisão para o plenário. Se ele não deixar, simplesmente desconsiderando a questão de ordem, há quem suponha um recurso ao Supremo Tribunal Federal, senão por parte de Carlos Sant'Anna, ao menos por iniciativa de algum parlamentar a ele ligado, talvez Expedito Machado. A questão se enrolaria mais ainda, nessa hipótese, pois se a

mais alta corte de Justiça do País pode julgar atos da Assembleia Nacional Constituinte, esta, por sua vez, detém a prerrogativa de alterar as estruturas do poder Judiciário. Quem cumpriria um possível acórdão do Supremo Tribunal Federal rejeitado pela Assembleia Nacional Constituinte, a não ser um oficial de Justiça instalado num urutu?

Quando à iniciativa do chamado "Centrão" de apresentar um projeto alternativo ao de Bernardo Cabral, se vier a ser rejeitada por Ulysses Guimarães, determinará a obstrução dos trabalhos pelos integrantes do grupo. Se eles forem mesmo 300, e se estiverem mobilizados amanhã, terão condições de embargar o início das reuniões plenárias. Os resultados seriam desastrosos para os planos de Ulysses, que deseja ver a nova Constituição promulgada até o final de dezembro.

De tudo, e do mais que possa surgir nas próximas horas, conclui-

se estamos próximos do confronto, senão do impasse, entre as forças constituintes. Não é apenas o parlamentarismo recém-aprovado na Comissão de Sistematização que divide senadores e deputados. O racha acontece em função dos títulos e capítulos já aprovados pelos "sistematores", considerados líricos, irrisórios e capazes de paralisar a economia nacional.

O problema está em que o "centrão" perdeu tempo e custou a agir. Cruzou os braços quando a Assembleia começou a trabalhar sem um anteprojeto e desinteressou-se das articulações para a composição da Comissão de Sistematização, onde as esquerdas predominam. Depois, nos trabalhos das 24 subcomissões e das oito comissões temáticas, também não reagiu. O resultado foi o projeto Bernardo Cabral, em suas diversas formas.

Tempo ainda há, é claro, para fazer reverter aventuras e fantasias sejam ou não os debates centralizados em torno do texto do relator ou de um substitutivo. Só que, agora, o processo ficou mais curto e mais traumático. Muito próximo de um desfecho inusitado e desconhecido. Também, acreditou quem quis nessa armação ilimitada de despautérios. Primeiro, porque não era para se convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, já que inexistiu a ruptura do regime anterior. O poder constituinte, derivado que todos os congressos possuem, teria bastado para ampla reforma na Constituição de 1967, logo depois da instalação da Nova República. Depois porque, se fosse mesmo para convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, ela teria que ter sido convocada de verdade. Sem superposição (parece o exercício da moda) com o Congresso, malandragem que deputados e senadores aprovaram para garantir seus mandatos e assegurar a continuidade das instituições que lhes interessam. Plantaram. Agora devem colher.

Único para perder peso.

ÚNICO que te faz perder barriga, coxas e quadris em apenas 25 dias.

ÚNICO capaz de detectar a causa de seu problema resolvendo-o facilmente.

ÚNICO que não deixa você engordar depois de haver chegado a seu peso ideal.

ÚNICO com representação da Lain Internacional no Brasil. Não se recomendam drogas que arruinam os nervos e seu tratamento é exclusivo.

- * Spectrobasal®
- * Sem fome
- * Sem pilulas
- * Sem aparelhos



Av. 9 de Julho, 4254 (e Av. Brasil - Jararins) 64-3838

R. Pedroso Alvarenga, 828 (e João Cachoira - Itaim Bibi) 64-0601 - 64-1538 64-0563 - 881-7221



Método cálcico personalizado.